

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>560243</u>
Classificação / / / / /
Data <u>17, 10, 2016</u>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Comissão Parlamentar de Defesa Nacional

Por determinação de Sua Excelência o  
Presidente da A.R. o D. J. FERRO  
publicar

17-OUT-16

A DUAZ PI publicações.

Original à DRM  
pl a 30 Comens.

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Assembleia da República  
Dr. Eduardo Ferro Rodrigues

2016-10-17  
Chaves

Ofício n.º 95/3ª CDN/ 2016

13-10-2016

Caro Presidente e amigo,

**Assunto:** Relatório da Participação da Assembleia da República na IX Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD), que se realizou em Bratislava, nos dias 2 a 4 de setembro de 2016

Para os efeitos tidos por convenientes, junto envio a Vossa Excelência o Relatório da participação da Delegação da Assembleia da República na IX Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD), que se realizou em Bratislava, nos dias 2 a 4 de setembro de 2016, na qual participaram os Senhores Deputados José de Matos Correia (PSD) e José Miguel Medeiros (PS), da Comissão de Defesa Nacional, Ângela Guerra (PSD) e Paulo Pisco (PS), da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e Carlos Costa Neves (PSD) e Vitalino Canas (PS), da Comissão de Assuntos Europeus.

Com os melhores cumprimentos,

*Personal*

O Presidente da Comissão,

*Marco António Costa*

(Marco António Costa)





## RELATÓRIO

DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA

IX CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE A POLÍTICA EXTERNA E DE

SEGURANÇA COMUM / POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA

(PESC/PCSD)

(Bratislava | 2 a 4 de setembro de 2016)

### **Composição da Delegação**

Integraram a Delegação da Assembleia da República os seguintes Senhores Deputados:

José Matos Correia (PSD), membro da Comissão de Defesa Nacional (CDN) e Chefe da Delegação;

José Miguel Medeiros (PS), membro da CDN e coordenador do GP PS;

Paulo Pisco (PS), membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP) e coordenador do GP PS;

Ângela Guerra (PSD), membro da CNECP.

Vitalino Canas (PS), membro da Comissão de Assuntos Europeus (CAE) e coordenador do GP PS;

Carlos Costa Neves (PSD), membro da CAE.

O apoio técnico foi prestado pelo Assessor da Comissão de Defesa Nacional, Francisco Alves e pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia (UE), Maria João Costa.

### **Enquadramento**

O Parlamento da República da Eslováquia (Národná rada Slovenskej republiky), no âmbito da dimensão parlamentar da respetiva Presidência do Conselho da UE, organizou na cidade de Bratislava, entre os dias 2 e 4 de setembro de 2016, a IX Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum/ Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD).



O programa da conferência (anexo 1) compreendeu dois dias de trabalhos, sábado (dia 3) e domingo (dia 4), com sessões dedicadas à discussão de um modelo eficaz de diplomacia multilateral para a União Europeia, enquanto parceiro mundial; das prioridades, perspetivas e desafios da vizinhança leste da UE; da necessidade da abordagem global do desenvolvimento sustentável da imigração; do Livro Branco, como um primeiro passo para a União Europeia da Defesa; e ainda da questão da cooperação e integração dos Balcãs Ocidentais.

A Conferência contou com a participação dos Parlamentos Nacionais da UE, do Parlamento Europeu (PE) e dos Parlamentos da Albânia, da FYROM (Former Yugoslav Republic of Macedonia), do Montenegro, da Sérvia e da Turquia (países candidatos), da Islândia e da Noruega, e ainda de representações da Comissão Europeia, do Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS) e da Organização das Nações Unidas (ONU) conforme consta da lista de participantes (anexo 2).<sup>1</sup>

O presente relatório visa relatar, de forma sumária, as intervenções e os debates registados, de acordo com a seguinte sistematização:

3

1. Reunião informal dos Chefes de Delegação dos países do Sul;
2. Reunião dos Chefes de Delegação;
3. Sessão de Abertura
4. Sessão I – A União Europeia enquanto parceiro mundial: Procura de um modelo eficaz de diplomacia multilateral;
5. Grupos de Trabalho:
  - A Vizinhança Oriental da União Europeia: Prioridades, perspetivas e desafios;
  - O desenvolvimento sustentável da migração: Para uma abordagem global;
  - Para a União Europeia da Defesa: o Livro Branco como primeiro passo;
6. Sessão II – Balcãs Ocidentais e a União Europeia: Cooperação e Integração;
7. Conclusões finais.

---

<sup>1</sup> A documentação disponibilizada pela organização desta Conferência encontra-se acessível em <http://www.nrsr.sk/web/?sid=skpresEvent&id=6583&lang=en>

## 1. Reunião dos Chefes de Delegação dos países da fronteira sul da União Europeia

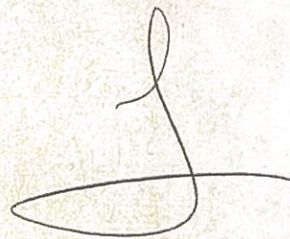
A reunião foi convocada e presidida pela delegação italiana e visava abordar os seguintes temas: a atual situação e os desafios que se colocam aos países do Mediterrâneo após o Brexit e a Cimeira da NATO de Varsóvia de 2016, a análise das perspetivas da reforma do Regulamento Dublin III e, ainda, os fluxos migratórios e de refugiados.

Foram convidados os Paramentos dos seguintes países: Bulgária, Chipre, Croácia, França, Grécia, Itália, Malta, Portugal, Roménia, Eslovénia e Espanha, Albânia, Sérvia, Montenegro, FYROM (Former Yugoslav Republic of Macedonia) e Turquia.

Foi discutida uma proposta de declaração apresentada pela delegação italiana e debatida, essencialmente, a questão dos refugiados e a necessidade de uma solução política para o problema; a estabilização dos países vizinhos da Síria; o controlo, ao nível da EU, das fronteiras externas; bem como a cooperação com a Turquia, mas com a observância dos princípios e dos interesses da Europa. Por outro lado reforçou-se a posição de que as decisões já adotadas acerca de acolhimento de refugiados teriam de ser concretizadas.

Não se verificaram divergências significativas em relação ao essencial do texto da proposta de declaração, que sofreu a eliminação de um parágrafo cujo conteúdo extravasava o objeto da Conferência, pelo que se consensualizou que as delegações parlamentares presentes não teriam mandato para tal. Por este não ser um grupo formalmente constituído e existirem outros com essas características que funcionam regularmente, consensualizou-se, sob proposta do Senhor Deputado José Matos Correia (PSD), que a declaração deveria ser apenas distribuída, para marcar a posição destes países, não havendo condições para a integrar nas conclusões finais da Conferência, como pretendiam as delegações da Grécia e da Itália.

A versão final da declaração foi subscrita pelas delegações de Chipre, França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha (anexo 3).



## 2. Reunião dos Chefes de Delegação

Na reunião dos chefes de delegação, presidida por František Šebej, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento da Eslováquia, foram informados os presentes das conclusões da reunião da *troika* presidencial (Holanda, Eslováquia, Malta e Parlamento Europeu), designadamente acerca das alterações que aceitaram integrar nas Conclusões Finais da Conferência e que resultaram de propostas apresentadas por várias delegações e pela presidência.

De assinalar, a introdução de um capítulo dedicado às perspetivas e desafios da política da UE para a Vizinhança Sul, alertando para os riscos da instabilidade no Sul e Leste do Mediterrâneo e para as consequências, que não se circunscrevem aos países do Sul, de grupos terroristas virem a dominar Estados falhados; defendendo que a solução para os conflitos na Síria e no Iraque deve ser prioritária na agenda da política externa da UE; reconhecendo o papel da Turquia como parceiro importante no conflito da Síria contra o Da'esh, mas reafirmando os valores da UE e a defesa dos direitos humanos e rejeitando a reintrodução da pena de morte; encorajando os esforços de restaurar a estabilidade na Líbia e confirmar a legitimidade do Governo de Unidade Nacional; bem como para a necessidade de redefinir prioridades com o objetivo do desenvolvimento económico, emprego, segurança e sustentabilidade dos recursos energéticos visando a integração económica e política da região, com base no diálogo e na defesa dos valores da democracia; e para reafirmar a importância da estratégia de desenvolvimento, a promoção dos valores da paz e da democracia, da estabilidade e da segurança nos países do Sahel, na medida em que são essenciais para a segurança da Europa e para o controlo dos fluxos migratórios.

5

O chefe da delegação italiana informou a presidência de que na reunião dos países do sul tinha sido consensualizada uma declaração conjunta que iria ser distribuída.

### 3. Sessão de abertura

Na sessão de abertura da Conferência František Šebej, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento da Eslováquia, advogou a ideia de que, no contexto da União Europeia, as políticas de defesa servem para proteger a liberdade, apelando para o reforço das políticas europeias nesta área, referindo-se aos encargos comuns da UE comparativamente com os dos Estados Unidos da América, da Rússia ou da China.

Recordou igualmente o papel da construção do projeto europeu no longo período de paz que a Europa tem vivido, considerando no entanto que, nesta altura, a Europa está a perder a fé nos valores que permitiram esse resultado.

Considerou que a situação dos Estados Unidos da América é problemática para a Europa, devido à sua visão isolacionista e defendeu que a Europa deve manter a intenção de conseguir a paz no Médio Oriente.

Alertou, ainda, para que a Europa deve ser realista preparando-se para o fim do período positivo que começou em 1989 e para os tempos que se aproximam que, embora as consequências possam ser minimizadas pela adoção de políticas externas corretas, podem também tornar-se pesadelos, designadamente a desestabilização da Europa por parte da Rússia; a instabilidade nos Balcãs; a situação na Síria e na Líbia e a crise dos refugiados ou a proliferação do armamento nuclear.

Concluiu, afirmando que as políticas referentes à PESC/PCSD podem contribuir para que os pesadelos não se concretizem.

Interveio de seguida Anton Hrnko, Presidente da Comissão de Defesa e Segurança do Parlamento da Eslováquia, que começou por referir a desproporcionalidade entre a dimensão política da Europa e a sua dimensão militar.

Apontou falhas da UE, designadamente, no controlo das fronteiras, o que implica a deterioração da segurança no território europeu e de que são exemplo os ataques terroristas em França. Defendeu a necessidade de fortalecer a Europa, tornando-a mais resiliente, considerando a UE





como projeto único, para o qual não existem alternativas. Sem a UE, adviria o caos e o reavivar de animosidades.

Afirmou que não haverá segurança na Europa se não se promover o desenvolvimento dos países da vizinhança oriental e da vizinhança sul e enquanto não se encontrar uma política sustentada e comum para as migrações, o que deverá ser feito através do empenhamento de toda a UE.

Particularmente no que se refere às parcerias a Leste entende que se poderia aprender com a experiência do processo eslovaco de integração.

Defendeu ainda a necessidade de fortalecer as relações com os Estados Unidos e a NATO para manter a paz internacional no respeito pela democracia e pelos direitos humanos.

Elmar Brok, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu, interveio, de seguida, afirmando que as questões de defesa e segurança não podem ser abordadas sem a UE, fazendo um balanço positivo dos 70 anos de paz e a sua consequência para a evolução e progresso dos países.

No que se refere à Rússia, considerou que tem tido uma atuação intolerável, designadamente a anexação da Crimeia, e que para se tentar viver pacificamente na Europa, as sanções devem ser mantidas, a Europa tem de ser forte e não pode transmitir uma imagem débil.

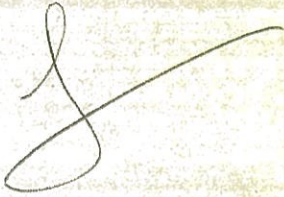
Quanto ao problema da imigração, lembrou que nenhum país na UE pode garantir que está livre de ser país de destino.

Referiu-se ainda a outros problemas que devem preocupar a Europa como a guerra na Síria, o rápido aumento demográfico de África, a falta de democracia e a violação dos Direitos Humanos na Arábia Saudita e a necessidade de se criarem condições para viver nesses países.

Quanto à Turquia, recordou que este país acolhe 3 milhões de refugiados e imigrantes e que o contributo financeiro prestado pela UE pode não ser suficiente.

Defendeu que o problema do controlo das fronteiras externas, marítimas ou terrestres, deve ser de todos os Estados-Membros e não apenas os que estão nos limites, como por exemplo a Grécia.

Referiu ainda que a derrota do Da'esh passa pela cooperação internacional e pela ação conjunta dos Estados e que a coligação dever ser constituída por todos os que o desejarem, lembrando



que a Agência Europeia de Defesa pode fazer muito nesta matéria, recordando que a UE gasta agora mais com a Defesa, mas que ainda não conseguiu melhorar as condições da defesa e segurança.

Finalmente, considerou que os vetores da defesa, do desenvolvimento e da diplomacia seriam fundamentais na luta pela paz.

#### **4. Sessão I – A União Europeia enquanto parceiro mundial: Procura de um modelo eficaz de diplomacia multilateral**

A Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, **Federica Mogherini**, iniciou a sua intervenção referindo a reunião Gymnich, que decorreu nos dias 2 e 3 de setembro, em Bratislava. Deu conta dos quatro assuntos principais aí abordados:

- Reunião com os países candidatos dos Balcãs. Partilhou a sua convicção de que muito pode ser feito com os países da região e que é fundamental continuar a promover a sua integração na UE. No entanto, aludiu aos avanços que estes países fizeram nos últimos meses.

- Implementação dos acordos de Minsk. Deu conta que colocou sobre a mesa a questão de como pode a UE contribuir mais para a implementação dos acordos. De igual modo, referiu que o debate não pode continuar a focar-se nas sanções, mas deve centrar-se no essencial que passa por resolver as tensões no leste da Ucrânia e colaborar na estabilização e desenvolvimento daquela parte do país.

- Relações entre a UE e a Turquia. Começou por informar que iria na sexta-feira seguinte a Ancara. A reunião informal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros demonstrou solidariedade para com a Turquia, Governo, povo e Parlamento. Referiu que a Turquia e a UE devem parar de falar uma sobre a outra e começarem a falar uma com a outra. Recordou os problemas partilhados, nomeadamente a Síria e a crise de refugiados. De igual modo, aludiu à necessidade de partilhar com as sociedades europeias que os turcos são nossos parceiros. No entanto, os ministros partilharam preocupações sobre o Estado de Direito na Turquia e a necessidade de acompanhar o debate sobre a reintrodução da pena de morte. Deu conta de que a UE vai trabalhar em conjunto com o Conselho da Europa para acompanhar a Turquia com vista a que



o estado de emergência que está em vigor seja compatível com os princípios e valores da Turquia enquanto país candidato.

- Por último relativamente à Estratégia Global da UE, deu conta de que esta foi apresentada em junho no Conselho Europeu e que foi construída para responder à questão: Qual o interesse comum da UE quando intervém para lá das suas fronteiras? Em conjunto, os Estados-Membros funcionam melhor que separadamente. Na sequência da apresentação da Estratégia, a Alta Representante informou que já apresentou propostas ao conselho de ministros dos negócios estrangeiros para executar e implementar a Estratégia, tendo presente as seguintes etapas:

- 1) Investir na resiliência dos países vizinhos e vizinhos dos vizinhos;
- 2) Olhar para o ciclo de conflitos/crises e preparar uma estratégia que contemple as ações para prevenir conflitos, gerir conflitos e gerir os pós-conflitos;
- 3) Rever estratégias parciais que foram aprovadas ao longo do tempo e torná-las aplicáveis e não meros documentos aprovados e não implementados. Criar mais coerência entre as políticas internas e externas.
- 4) Segurança e Defesa – necessidade de aumentar a componente de defesa da UE – vai apresentar propostas aos ministros da Defesa e farão parte do discurso sobre o Estado da União no Parlamento Europeu. Existem instrumentos nos Tratados e comprometeu-se a apresentar propostas concretas para os poder utilizar, em especial o artigo 44.º. Defendeu a existência de um quartel operacional da UE. Defendeu um Plano de Implementação para a Defesa como um melhor instrumento do que um Livro Branco, que seria um documento de reflexão. Tornou muito claro que não é um momento de reflexão, mas sim de preparar um plano de ação, em coordenação com a NATO. Reconheceu, no entanto, que as duas maiores dificuldades serão a vontade política e os recursos financeiros necessários.

9

No período dedicado às perguntas dos participantes, o **Senhor Deputado Costa Neves** (PSD) questionou a Alta Representante acerca do empenho dos Estados-Membros sobre a Estratégia Global, pois não ficou particularmente feliz com as conclusões do Conselho Europeu de junho. Referiu-se também à importância do TTIP para a Estratégia Global, e tendo sido publicamente anunciada a sua “morte”, procurou saber a opinião da Alta Representante sobre este assunto. Finalmente, considerou interessante a abordagem que a Alta Representante fez sobre a

implementação de um Plano para Defesa, solicitou-lhe que indicasse qual o respetivo calendário e que avaliasse o nível de ambição para a sua concretização.

O **Senhor Deputado Paulo Pisco** (PS) centrou a suas questões nas matérias de imigração e refugiados, tendo questionado a Alta Representante acerca dos resultados concretos da cooperação com os países de origem, de trânsito e de permanência, no que diz respeito à criação de condições dignas e humanas para os imigrante e refugiados nos centros e em outros locais onde se encontrem, tanto no interior como no exterior da UE; perguntou também qual a razão para o bloqueio da UE na distribuição de imigrantes e refugiados pelos Estados-Membros; e se a Alta Representante tinha conhecimento da proposta do Primeiro-Ministro português no sentido de promover a reabilitação urbana para combater o terrorismo no interior da nossa sociedade; finalmente, perguntou a razão pela qual a política externa da UE é quase sempre reativa e não considera prioritária a promoção da paz, a prevenção de conflitos e da instabilidade.


Em resposta às cerca de vinte intervenções, a Alta Representante começou por justificar a opção de apresentar a Estratégia Global no Conselho Europeu de junho, que decorreu uma semana após o referendo do Reino Unido. Referiu que foi uma decisão difícil manter a apresentação nessa data, mas, com a concordância das Presidências dos Países Baixos e da Eslováquia, foi decidido que era importante nesse momento demonstrar que a UE está preparada nos momentos mais difíceis para assumir a liderança no mundo.

10

De seguida, relativamente ao resultado do referendo e ao impacto da decisão do Reino Unido na Estratégia Global, referiu que o Conselho vai continuar a trabalhar e que a Estratégia Global é para 28 e continuam 28 à mesa, porque o Reino Unido continua a trabalhar em conjunto e a dinâmica é positiva.

No que diz respeito ao TTIP assumiu as dificuldades nas negociações, que advém, nesta fase, da proximidade das eleições presidenciais nos EUA. Contudo, referiu que o mandato de negociação mantém-se e que as negociações prosseguem.

Relativamente à cooperação com a NATO, aludiu, em especial, à cooperação no Mar Egeu, mas sublinhou que quem está a salvar vidas e quem está a lutar contra o tráfico de seres humanos são forças dos Estados Membros da UE. Aproveitou ainda para se referir ao início de uma nova fase da Operação Sophia, que vai começar a formar forças na Líbia para patrulhar a costa.



Relativamente à razão de ser do Plano de Implementação Estratégico da Defesa e não de um Livro Branco, começou por aludir aos diferentes entendimentos do que é um Livro Branco nos vários Estados-Membros e esclareceu que não se pretende iniciar um processo de reflexão, muito menos longo. Por isso a adoção da designação *Plano Estratégico* visa garantir a sua intenção de “passar de imediato à ação”. Relativamente, em concreto ao Plano, referiu que terá três fases: 1) definir o nível de ambição; 2) definir as capacidades que são necessárias 3) definir que alterações institucionais devem ser introduzidas para garantir a sua eficácia e eficiência. Partilhou ainda que irá tentar que o Plano tenha o maior nível possível de ambição. Finalmente, em termos de calendário, referiu que esperava que em meados de setembro estivesse preparada a comunicação (“Turning ideas into actions”) sobre o plano com o *roadmap* que seria apresentado no discurso do Estado da União e na cimeira informal de chefes de Estado e de Governo em Bratislava em setembro. Pretende-se que no final do ano o pacote de medidas possa estar concluído.

Aludiu então à ONU e espera que a nova liderança, designadamente o novo SG, possa contribuir para melhorar a cooperação com a UE, que já existe e possa ainda promover a necessária reforma da organização. Advogou que a experiência dos Países Baixos e da Itália de partilharem o lugar pode ser uma boa forma de olhar para o Conselho de Segurança e de pensar na sua reforma.

11

No que diz respeito à política de alargamento reafirmou o compromisso de que não haverá alargamento até ao final do mandato da atual Comissão Europeia. No entanto, considerou que seria desejável e relevante que todos os países candidatos dos Balcãs ocidentais pudessem estar nessa altura em posição de entrar, pois isso permitiria que o processo de adesão avançasse logo no início do mandato da próxima Comissão. Se reunirem as condições necessárias e se cumprirem os critérios de Copenhaga então será um processo irreversível. Concluiu este ponto referindo que depende dos países candidatos avançarem nas negociações.

De seguida abordou o Sahel, referindo que no Norte de África e no Sahel existe uma forte presença da UE, que estão a ser coordenadas para poderem agir de forma concertada. Recordou que as fronteiras da UE não estão no Mediterrâneo, mas no Sahel e que é fundamental ter essa consciência. Aludiu à intenção de recriar os processos de Rabat e de Cartum, nos países a Sul da Líbia (Chade, Níger e Sudão). Referiu que os processos migratórios são um desafio comum entre



a UE e a África. Aludiu ainda à proposta de criação de um plano de investimento europeu com vertente externa que possa incentivar o investimento europeu em África.

No que diz respeito aos refugiados, referiu que a recolocação de refugiados está nas mãos dos Estados-Membros. A Comissão Europeia propôs, o Conselho Europeu aprovou e agora cabe aos Parlamntos nacionais e aos Governos implementar.

Finalmente, demonstrou abertura para debater com os Parlamntos Nacionais a Política Comum de Segurança e Defesa.

A intervenção que se seguiu foi da responsabilidade do Assistente do Secretário-Geral da ONU para os Assuntos Políticos, Miroslav Jenča.

Realçou o papel dos parlamentares para promover um ambiente propício à abordagem da política externa e dos desafios de segurança na Europa e no mundo, num momento em que se verifica um número sem precedentes de conflitos globais e desafios transnacionais que causam instabilidade generalizada, deslocamento de populações, sofrimento e destruição.

Informou que a ONU encarou como prioridade melhorar a sua capacidade de agir cedo e agir preventivamente. Nesta perspetiva, considerou que a cooperação e as parcerias são essenciais para a prevenção e resolução de conflitos, proteger os direitos humanos e alcançar um mundo melhor para todos.

Recordou que a ONU e a UE têm uma parceria estratégica consolidada, partilham valores comuns e aliam esforços para a gestão coletiva pacífica dos desafios de segurança e para prevenir conflitos, mas reconheceu que nem a paz nem desenvolvimento sustentável pode ser alcançado sem o respeito pelos direitos humanos.

Referiu-se ao esforço para a implementação dos acordos alcançados no ano passado pelos Estados-Membros da ONU - a Agenda de Ação de Adis Abeba sobre financiamento do desenvolvimento; o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas; a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável - e ao papel dos parlamentares para a sua concretização. Por outro lado, no final de setembro, a Assembleia Geral da ONU prepara-se para aprovar a Declaração de Nova Iorque para os Refugiados e Migrantes, no sentido de para fortalecer os esforços globais nesta matéria.



Entende que os esforços da Europa para dar uma resposta global aos grandes movimentos de refugiados e migrantes são louváveis, mas que ainda não foi conseguida uma abordagem verdadeiramente comum para a resolução conjunta das causas profundas dos conflitos e das perseguições que forçam centenas de milhares de pessoas a fugir de suas casas.

Considerou que, ao delinear os desafios de segurança globais, deve ser abordada de forma mais abrangente a crescente ameaça de terrorismo em todo o mundo.

Reafirmou a crença no compromisso comum da Europa e da ONU ara os direitos humanos, da democracia e que a coexistência pacífica será a verdadeira e duradoura resposta ao ódio e à violência.

Recordou que a ONU tem vindo a aumentar os esforços no combate ao terrorismo, na Task Force especial para aplicação da Luta Antiterrorista (CTITF) e do Centro das Nações Unidas contra o Terrorismo (UNCCT) e aumentou ainda mais a sua cooperação com a UE em áreas-chave da Estratégia Global Antiterrorista da ONU.

Aludiu ainda à aprovação do Plano de Ação das Nações Unidas para prevenir o extremismo violento, recentemente apresentado pelo Secretário-Geral, no qual se apela aos Estados-Membros que abordem mais sistematicamente as condições subjacentes propícias para o terrorismo, nomeadamente em matéria de prevenção da propagação do extremismo violento, que alimenta o terrorismo em todo o mundo. Informou, finalmente, que haverá uma reunião ainda este ano entre a ONU e a UE para analisar como podem fortalecer ainda mais a sua colaboração na luta contra o terrorismo e prevenir o extremismo violento.

## **5. Grupos de Trabalho**

### **a) A Vizinhança Oriental da União Europeia: Prioridades, perspetivas e desafios**

O Grupo de Trabalho A, que foi dedicado ao debate sobre as prioridades, as perspetivas e os desafios da política de vizinhança oriental da EU, teve como moderador František Šebej, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento da República da Eslováquia, e como relator Kati Piri, membro do Parlamento Europeu, contando ainda com intervenções de Thomas Mayr Harting, Diretor Executivo para a Europa e Ásia Central, do Serviço Europeu para



a Ação Externa, de Katarina Mathernová, Diretora Geral adjunta da Direção- Geral da Vizinhança e das Negociações para o Alargamento, e de Svitlana Kobzar, Chefe do Departamento de Relações Internacionais do Collège Vesallius/Universidade Livre de Bruxelas.

Neste Grupo de Trabalho não participaram Membros da Delegação da AR.

#### **b) O desenvolvimento sustentável da Imigração: Para uma abordagem global**

O Grupo de Trabalho B foi dedicado ao desenvolvimento sustentado e às migrações, ainda que se tenha centrado neste último aspeto. A moderar o Grupo de Trabalho esteve o Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Assuntos Europeus do Parlamento de Malta, Deputado Luciano Busuttil.

Participaram o Senhor Deputado Paulo Pisco (PS) e a Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD).

A primeira intervenção coube ao Secretário-Geral adjunto para os Assuntos Económicos e Globais do Serviço Europeu de Ação Externa, Christian Leffler, que iniciou a intervenção referindo claramente que as migrações não são apenas uma crise, mas também uma oportunidade. Começou por aludir às razões das migrações, que nem sempre são políticas e que podem ter as mais diversas origens, nomeadamente, nas origens climáticas. Acrescentou que as migrações são uma prática secular e que os europeus fizeram-no durante séculos, pelo que têm de existir mecanismos permanentes.

14

Aludiu, de seguida, aos refugiados, referindo que o debate sobre como distinguir migrantes e refugiados pode ser relevante, mas que é importante ver mais longe e ter a consciência de que há pessoas que não conseguem ter uma vida condicente no seu país, não apenas porque não têm trabalho ou porque não têm oportunidades, mas também porque são perseguidas por motivos políticos ou religiosos e, por essa via, não tem liberdade.

Recordou que existe a obrigação de temporariamente dar asilo aos refugiados e que essa obrigação remonta à Convenção de Genebra de 1951. Enfatizou que o sistema de Schengen tem falhas, mas que é um sucesso para as pessoas e bens. Referiu ainda que os refugiados partem com o intuito de regressarem quando a guerra terminar, mas quanto mais esta durar mais os refugiados vão refazendo a sua vida e já não quererão voltar.

Regressou então à temática das migrações para referir a importância da Europa conseguir tirar o máximo dos migrantes através da sua integração nas sociedades europeias para que os países





que os acolhem possam também ganhar com isso. Referiu que o Serviço Europeu de Ação Externa identificou a Etiópia, o Chade, o Mali, a Nigéria e o Senegal como os países de origem da maioria dos migrantes económicos, que tentam atravessar o Mediterrâneo a partir da Líbia. Referiu que após esta identificação é importante encontrar estratégias específicas para cada um destes países através de políticas de cooperação, que possam permitir o desenvolvimento desses países e reduzir os incentivos para os seus cidadãos partirem.

De seguida, aludiu à inclusão de uma dimensão externa no plano de investimento europeu, que vise captar investimento privado para esses países, gerando fluxos de dinheiro paralelos às formas tradicionais de cooperação, através da colaboração do Banco Europeu de Investimento, mas também de outros bancos privados, que possam potenciar o efeito multiplicador.

A segunda intervenção coube ao Deputado ao Parlamento Europeu, Michael Gahler, que aludiu à complexidade da crise migratória e que a sua resolução implica um conjunto de ações em diversas áreas, que se relacionam direta e indiretamente. Referiu que é necessária também uma abordagem preventiva, que permita identificar atempadamente futuros locais de conflito e por isso inseguros e potenciadores de movimentos migratórios a Leste, a Sul e a Sudeste. Apelou ao reforço das verbas na área da política de cooperação, pois apenas a melhoria das condições de vida em certos países pode parar o fluxo migratório. De igual modo, deu como bom o exemplo dos acordos bilaterais firmados entre Marrocos e Espanha.

15

Relativamente aos refugiados, demonstrou compreensão para com alguns dos argumentos apresentados pelos Estados Membros, que não querem receber refugiados no âmbito do sistema europeu de recolocação, no entanto, considerou que isso não podia servir de desculpa para não colaborarem na resposta política. Nesse sentido, apelou para que esses países contribuíssem com ideias para a melhor forma de colaborarem.

No debate foram feitas diversas intervenções, que evidenciaram as diferentes abordagens dos Estados Membros à crise migratória e de refugiados. Foi igualmente abordada a questão da ajuda ao desenvolvimento e os fundos gastos sem uma estratégia enquadradora.

Nas intervenções efetuadas foi reiterada a importância em distinguir um refugiado de um migrante económico e que para os primeiros existem compromissos internacionais assumidos que fazem parte do cerne do projeto europeu (neste sentido, Parlamento Europeu). Em sentido

idêntico, representantes das delegações parlamentares da Grécia e Itália aludiram à necessidade dos Estados Membros serem consequentes e implementarem as decisões que foram aprovadas pelo Conselho Europeu. O representante do Parlamento Helénico referiu ainda que a crise de refugiados é uma crise existencial da UE e a forma como lidarmos com os refugiados definirá a Europa no futuro.

Representantes das delegações da Eslováquia e Hungria aludiram ao caráter cristão das suas sociedades como impossibilitante de integrar refugiados islâmicos. De igual modo, foi referido que um Estado-Membro que receba refugiados tem custos elevados e que têm de ser deslocados de outras componentes do orçamento nacional, nomeadamente, as políticas sociais.

A Sra. Deputada do Parlamento Europeu, Ana Gomes (S&D), aludiu à importância das Estratégias de Cartum e de Rabat, que tentam ir à raiz dos problemas nos países de origem das migrações económicas. No entanto, considerou que a Europa não pode continuar a financiar países que não respeitam os direitos humanos, por exemplo, a Etiópia. No que diz respeito aos refugiados, recordou que é a imagem da UE que está em causa, bem como a sua incapacidade de conseguir colocar a funcionar um esquema de recolocação.

16

**A Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD)** interveio no Grupo de Trabalho, aludindo à integração dos refugiados em Portugal, em especial as mulheres e crianças. Relativamente ao enquadramento legal, referiu que se encontrava em conformidade com as convenções internacionais e tratados ratificados por Portugal no contexto das Nações Unidas, nomeadamente a Declaração dos Direitos Humanos, a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados e o trabalho do Alto-comissário da ONU para os refugiados - em particular os direitos e deveres dos refugiados. Referiu ainda que em Portugal, quando o estatuto de asilo é concedido a um estrangeiro ou apátrida, essa pessoa tem a permissão de ficar no território nacional com os mesmos direitos e deveres dos imigrantes com permissão de residência. Relativamente, em especial, às mulheres e menores sublinhou que em Portugal tanto os migrantes legais como os irregulares têm direito a aceder ao Serviço Nacional de Saúde nas mesmas condições que os cidadãos portugueses.

Referiu, de seguida, que após a adoção da Agenda Europeia para as Migrações, Portugal criou um Grupo de Trabalho coordenado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com a participação



de diversas entidades públicas, tais como os ministérios competentes, o Instituto de Segurança Social, o Instituto de Emprego e Formação Profissional e o Alto Comissariado para as Migrações. Este Grupo de Trabalho coopera também com os Municípios e com as ONGs com vista a assegurar uma abordagem holística relativamente à integração dos refugiados e ao mapeamento dos recursos locais e nacionais, bem como as capacidades existentes para proporcionar a melhor integração dos migrantes.

Aludiu ainda à experiência longa e reconhecida de Portugal em receber e integrar imigrantes e que essa experiência é agora utilizada na integração dos refugiados, aplicando as melhores práticas e os mesmos princípios. Assim, a integração de refugiados inclui o acesso ao mercado de trabalho, o ensino da língua portuguesa, o acesso a escolas para todas as crianças em idade escolar, o acesso aos cuidados de saúde e a atribuição de casa, dado que Portugal optou por não realojar refugiados em centros, mas sim atribuindo-lhes casa. De facto, numa parceria próxima com os municípios e com as associações locais, os refugiados que já chegaram a Portugal têm sido integrados um pouco por todo o país. Paralelamente às entidades públicas, também a sociedade civil, instituições de solidariedade social, ONGs, Universidades e grupos económicos têm contribuído para o esforço de integração.

17

A concluir, referiu que a dimensão da crise humanitária que a Europa enfrenta atualmente suscita os maiores desafios, mas considerou que estes tempos de incerteza e de instabilidade devem ser aproveitados para harmonizar as melhores práticas no que diz respeito ao tratamento de requerentes de asilo e de refugiados, especialmente mulheres e crianças, bem como para afirmar os valores e os princípios que caracterizam a Europa. Nesse sentido, Portugal está disponível, como referiu a Alta Representante no próprio dia, “não apenas para falar dos outros, mas para falar com os outros”.

No final do debate, os oradores fizeram uns comentários finais, nos quais recordaram que todos os Estados Membros são signatários da Convenção de Genebra de 1951 e que todos têm a responsabilidade de acolher refugiados. Abordaram ainda o sucesso da Operação EUNAVFOR MED Sophia (combate ao tráfico ilegal de seres humanos e de salvamento no Mar Mediterrâneo).

**c) Para a União Europeia da Defesa: o Livro Branco como primeiro passo;**

A sessão foi moderada por Urmas Paet, membro do Parlamento Europeu, tendo participado os Senhores Deputados José Matos Correia (PSD), José Miguel Medeiros (PS), Vitalino Canas (PS) e Carlos Costa Neves (PSD).

A importância da discussão deste tema deriva do facto de apesar dos novos desafios regionais e globais de segurança verificaram-se poucas ações concertadas ao nível da UE, que tem um orçamento limitado para a defesa e a segurança, constatando-se que a colaboração entre os Estados-Membros nesta área não é suficiente.

Por outro lado, e embora os Estados-Membros publiquem regularmente as estratégias de segurança e defesa nacionais e as respetivas diretrizes operacionais, não existe um documento equivalente para toda a UE. Foi essa lacuna que esteve na base da solicitação, expressa no Conselho Europeu de junho 2015, à Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança a apresentação de uma Estratégia Global com o objetivo de definir as prioridades de ação da UE, promovendo os seus interesses e protegendo os seus cidadãos.

18

A ideia de um Livro Branco da Defesa surgiu no Conselho Europeu de 2013, que aprovou os objetivos de aumentar a eficácia, a visibilidade e o impacto da PCSD; de melhorar o desenvolvimento das suas capacidades; e de reforçar a indústria da defesa europeia.

Um Livro Branco poderia representar um impulso para a política europeia de defesa e serviria para identificar prioridades, capacidades, deficiências e soluções, e que poderia incluir a alteração da componente programática da UE, definir os recursos necessários e o modo de os obter, e a forma de contribuição, por parte dos Estados-Membros, para as prioridades coletivas, enquadradas no Tratado de Lisboa.

Desde então as diferentes instituições da UE produziram os seguintes documentos que devem ser levados em consideração na elaboração do Livro Branco: Abordagem global da UE para os conflitos e crises externas; Comunicação conjunta - da Comissão e do Alto Representante - sobre Capacitação de apoio à segurança e Desenvolvimento; Estratégia Europeia de Segurança Energética; Estratégia Europeia de Segurança Marítima; Plano de Ação para a implementação



da Estratégia de Segurança Marítima da UE; Cyber UE Defence Policy Framework; Agenda Europeia para a Segurança; A UE num ambiente global em mudança. Está também em curso a implementação do Plano de Desenvolvimento de Capacidade Civil e o Conselho da União Europeia aprovou em novembro de 2014 a Política-Quadro para a Cooperação Sistemática e de Longo Prazo da Defesa.

Em relação à indústria, a Comissão financia a investigação no âmbito do programa Horizonte 2020, que vai lançar uma Ação Preparatória em 2017, e, no que respeita à Base Tecnológica e Industrial da Defesa Europeia (BITD), é ainda necessário que os Estados-Membros implementem as duas diretivas já aprovadas (Diretiva 2009/43/CE e da Diretiva 2009/81/CE).

Neste contexto, as propostas de reflexão do Grupo de Trabalho deveriam incidir sobre a necessidade de a UE se tornar mais independente da NATO nas políticas de defesa e segurança; quais os impactos da Brexit para o futuro da PCSD; qual a posição dos Estados-Membros de menor dimensão numa PSDC mais forte e centralizada; a questão das capacidades de defesa dos Estados-Membros ao nível nacional tendo em conta as necessidades de especialização resultante do reforço de defesa coletiva; e a capacidade do Livro Branco responder a novos desafios de segurança, como o terrorismo ou as ameaças virtuais.

19

A intervenção inicial foi da responsabilidade de Gabor Iklody, Diretor da Direção da Planificação e Gestão de Crises do Serviço Europeu para a Ação Externa. Partindo da constatação de que os Estados-Membros, devido à situação exterior à União, não podem fazer face aos problemas sozinhos, defendeu a alteração do paradigma de intervenção.

Qualificou como positiva a Estratégia Global que, embora vaga, tem a vantagem de contemplar sempre as dimensões da segurança e da defesa, sendo agora necessário detalhá-la, uma vez que os objetivos já estão definidos em pormenor. Falta apenas definir as ações concretas da UE e atribuir as competências para o seu exercício. Atendendo a que em 2020 deve ter os recursos necessários, essas competências devem ser reforçadas e estabelecido o modo de as concretizar. Apontou como prioridades a construção de capacidades, a criação da guarda costeira da UE e a colaboração com a Ucrânia nas vertentes civil e militar.

Estanha que se centre a discussão na questão dos custos quando se trata de segurança e é preciso ter as capacidades adequadas para reagir de forma rápida e de ter subjacente uma base tecnológica e industrial compatível.

A questão essencial para o orador é a de saber se a UE está a fazer o necessário e se dispõe dos recursos para esse efeito, recordando os exemplos dos serviços de informações e da cibersegurança, nos quais apresenta muitas dificuldades.

Recordou que para as prioridades estratégicas é preciso disponibilizar recursos, no entanto a UE já tem alguns instrumentos, só que nunca foram utilizados por se verificar a falta de vontade política para o efeito.

No debate que se seguiu, e não obstante as diferenças ideológicas dos intervenientes, foi consensual a posição de que a Europa necessita de uma visão estratégica para a defesa e que o Livro Branco poderia ser o documento comum que agregasse os vários tipos de documentos estratégicos dos Estado-Membros e que permitisse concretizar os objetivos da Estratégia Global.

Foram apontadas os aspetos negativos da duplicação de recursos e de capacidades, da necessidade de utilizar mais eficazmente os meios disponíveis, com base na cooperação, e a dificuldade de transmitir aos cidadãos dos Estados-Membros a necessidade de aumentar os orçamentos da defesa e segurança, mesmo perante as ameaças conhecidas do terrorismo, da guerra híbrida e dos ciberataques.

Por outro lado, foram também apontadas as consequências da interferência das agendas políticas dos Estados-Membros, que podem prejudicar os objetivos da UE, e os constrangimentos na utilização dos meios já disponíveis como os *battlegroups*, o que pode desmotivar os países mais pequenos.

Foi constatada a vontade política de manter o apoio à indústria e respetiva coordenação e a necessidade de ser financiada pelos orçamentos públicos, como no caso dos *eurofighters*, pois só assim se pode criar uma verdadeira defesa europeia.

O Brexit foi encarado com alguma preocupação, pois a situação da defesa europeia fica mais fraca e mais dependente da NATO.



## 6. Sessão II – Balcãs Ocidentais e a União Europeia: Cooperação e Integração

Miroslav Lajčák, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Eslováquia, produziu a intervenção desta sessão, começando por identificar os fenómenos da imigração, da radicalização, do terrorismo e dos conflitos nos países vizinhos da UE como sendo os principais desafios a requerer esforços comuns e coerentes, sublinhando a importância da integração e da cooperação com os parceiros na região dos Balcãs Ocidentais para a estabilidade e segurança europeia, cujos discurso começa a deixar de incidir sobre temas como a segurança, direcionando-se para a integração europeia e a cooperação regional.

Alertou, no entanto, para as potenciais tensões que subsistem nos Balcãs Ocidentais mesmo depois as guerras na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo terem terminado há muitos anos, e que a solução deve passar pela manutenção dos projetos comuns, designadamente pelo alargamento, já refletido na Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança e entendido como um investimento estratégico na segurança e prosperidade da Europa.

Evidenciou a diferença de perceção da região de frustração, particularmente dos jovens que veem a estagnação do processo de alargamento, e a de muitos cidadãos da UE, nos quais persistem dúvidas e reservas na expansão da UE. Acredita que esta situação pode ser ultrapassada através da credibilidade e transparência do processo e na comunicação estratégica mais eficaz.

A Presidência eslovaca atribui uma importância fundamental à credibilidade e ao ritmo de integração, que deve ser determinado pela qualidade e não pela velocidade de reformas, e, ao mesmo tempo, garantir que a UE esteja pronta para integrar logo que estejam reunidas as condições.

Avaliou, de seguida a situação de cada um dos países candidatos, concluindo que o Montenegro continua a fazer grandes avanços legislativos e institucionais relativos ao Estado de direito e é o mais avançado entre os países candidatos; quanto à Sérvia, o novo governo garantiu que a integração europeia continua a ser o primeiro objetivo estratégico e assumiu o compromisso de implementar todos os acordos alcançados até agora; na FYROM registou-se uma mudança positiva com o recente acordo dos principais partidos políticos sobre as condições para eleições antecipadas; a Albânia tem feito um progresso constante em atender as prioridades-chave para a abertura das negociações de adesão, mas a adoção do pacote de reforma judicial representa

um grande passo em frente que podem vir a refletir-se no relatório de Outono da Comissão e nas Conclusões de Dezembro do Conselho de Assuntos Gerais sobre o alargamento; na Bósnia-Herzegovina verificaram-se progressos no sentido de satisfazer todas as condições prévias para novos passos no processo de integração, o que permitirá colocar o seu pedido de adesão na agenda do Conselho de Assuntos Gerais em setembro; o Acordo de Estabilização e de Associação do Kosovo, que entrou em vigor, representa uma oportunidade mais concreta para novos progressos na sua perspetiva europeia, devendo agora o foco deve ser sobre a sua aplicação antecipada, mas há ainda outras questões importantes, como o processo de liberalização dos vistos, a ratificação do acordo de fronteira com o Montenegro e o empenho na luta contra a corrupção e o crime organizado.

Concluiu, dizendo que estando a região dos Balcãs Ocidentais completamente cercada rodeada por Estados-Membros da UE, qualquer acontecimento nos países da região tem um impacto direto ou indireto sobre todos os outros - membros ou não-membros, pelo que o projeto europeu não poderá ser realizado sem os países dos Balcãs Ocidentais e que, enquanto mantiverem a sua fé no projeto europeu, a UE tem também de manter fé neles. E que é essa a intenção da Eslováquia.

## 7. Conclusões Finais

Antes de se iniciar o debate de apreciação das Conclusões finais, os relatores dos três Grupos de Trabalho apresentaram um resumo dos trabalhos em cada um deles, tendo sido, no grupo de trabalho sobre migrações, destacada a intervenção da Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD), bem como a política levada a cabo por Portugal de receção e integração dos refugiados.

A discussão das conclusões finais (anexo 4), que acabaram por ser adotadas por consenso, foi muito acesa, particularmente em relação a dois pontos: a referência à manutenção do diálogo e às relações de cooperação com a Rússia, por um lado, e a referência expressa à obrigação de os Estados-Membros cumprirem as Decisões do Conselho e da Comissão (EU 2015/1601 e COM(2016)270 final) sobre a recolocação de refugiados e imigrantes de acordo com um sistema





de quotas. A primeira acabou por integrar as conclusões finais (ponto 14) e a segunda foi modificada de forma a ficar mais genérica com vista a poder ser incluída no final do ponto 1. As conclusões finais contemplam capítulos referentes ao modelo eficaz de diplomacia multilateral para a União Europeia, enquanto parceiro mundial; à cooperação e integração dos Balcãs Ocidentais; às prioridades, perspectivas e desafios da vizinhança leste da União Europeia; à necessidade da abordagem global do desenvolvimento sustentável da imigração; do Livro Branco, como um primeiro passo para a União Europeia da Defesa.

O Chefe da Delegação da Assembleia da República

Deputado José Matos Correia

23

Anexos:

Anexo 1 – Programa da Conferência

Anexo 2 – Lista de Participantes

Anexo 3 - Declaração dos Estados-Membros da Fronteira Sul da UE

Anexo 4 – Conclusões Finais

